

## ENSAIO VISUAL

# O EFÊMERO, A TRANSMISSÃO CRIADORA E A MEMÓRIA EM SUSPENSO: UM OLHAR EPISTEMOLÓGICO SOBRE O INVENTÁRIO GUARANI

Nolwenn Pianeza

Tradução: Amir Geiger

## RESUMO

Na era do patrimônio imaterial, este ensaio explora as questões teóricas, conceituais e epistemológicas que estão em jogo na patrimonialização quando aplicada, seja a uma prática vigente, seja a um gesto efêmero. Aponta para o dilema inicial dos processos patrimonializadores, destinados a fixar o patrimônio para salvaguardá-lo, porém com a preocupação de ao mesmo tempo não alterar sua dinâmica nem o imobilizar numa única forma. Mediante a observação de um inventário audiovisual do patrimônio, feita em conjunto por pesquisadores acadêmicos e um grupo de jovens e anciãos guaranis, este ensaio localiza as estratégias de circundamento postas em prática pelos diferentes atores para fazer durar o que é efêmero. Relatam-se os passos principais de uma análise que mostrou até que ponto os processos contemporâneos de patrimonialização mobilizam, em vários níveis, a memória de um grupo social, sendo capazes de propor uma fixação que não imobiliza os saberes, porém, igualmente, de suscitar o comprometimento do agente social com seu patrimônio. Configura-se um regime singular, orquestrado em torno de uma construção coletiva, criativa e contínua de uma memória social em suspenso. O efêmero aparece como princípio motor, um gesto, e um horizonte de expectativa dos inventários participativos: voltados à transformação perpétua dos saberes memoriais e seu reinvestimento permanente para o grupo social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimonialização; Imaterial; Memória; Saberes; Parceria; Efêmero.

## TITLE

**Creative transmission and the ephemeral horizon line: suspending and reshaping memory – an epistemological study of a guarani heritage inventory program**

## ABSTRACT

This paper considers the theoretical, conceptual and epistemological issues at stake with the patrimonialization process, when applied to living or ephemeral practices, deemed intangible heritage. Pointing out the paradox that exist between the knowledge stabilization effort connected to heritage-making, and the living, metamorphic essence of cultural practices subject to such processes, the paper theorizes the difficulty to record the latter without constraining them to a one and only form. This aporia is examined herein through the lens of an audiovisual documentation project conducted as part of a guarani heritage inventory program, in close partnership between the scientists and the guarani communities. The paper then reveals existing social strategies used to discard the ontological resistance of culture to becoming heritage and to prolong the ephemeral nature of the documented cultural practices. Audiovisual documentation of personal testimonies here appears as a tool to record heritage in a flexible, non-binding media sustaining the ongoing cycle of meaning, only to remain susceptible to change and reinterpretation. The paper then sheds light on the contemporary heritage-making model here at stake, operating as the collective, creative and continuing fabrics of social memory, constantly suspended and reshaped. The idea of the ephemeral here becomes both an inspiring, engaging principle and a perspective guiding the participants' creativity, a flexible

or fugitive horizon line to be constantly redefined – calling for the community to constantly reinvest in its memory of traditional knowledge.

**KEYWORDS:** Heritage-making; Intangible cultural heritage; Memory, Traditional knowledge; Ephemeral.

Como salvar o efêmero, o elusivo, sem imobilizá-lo?  
Como atravessá-lo, percorrê-lo, evocá-lo, representá-lo sem sucumbir  
à angústia da reificação, da fossilização, ao medo da petrificação?  
Régine Robin, *Pour un imaginaire grand parisien*

## O PROBLEMA INICIAL DA PATRIMONIALIZAÇÃO LIGADA AO IMATERIAL

Na era do patrimônio dito “imaterial”, os processos contemporâneos de patrimonialização<sup>44</sup> tratam de responder à seguinte questão: como salvaguardar objetos<sup>45</sup> e práticas aos quais hoje se atribui imperiosamente uma natureza dinâmica, processual, vívida? Com efeito, segundo o “paradigma do imaterial” (Pianezza, 2017)<sup>46</sup> entende-se que ele preserva a evolutividade dos elementos patrimonializados, ao garantir uma relação de continuidade entre estes e os grupos sociais que os vivenciam, os experimentam e os modificam permanentemente. Tratar-se-ia, então, de o mecanismo patrimonial assumir o processo de recriação continuada dessas práticas e

\*N.E.: Tradução de “L’Éphémère comme horizon d’attente: une méthodologie de la transmission créatrice – le cas de l’inventaire guarani” [título original publicado no número 17 de Morpheus].

<sup>44</sup> A patrimonialização é aqui compreendida no sentido de processo social e/ou institucional pelo qual se constrói o patrimônio: é um processo de atribuição de um valor e de um estatuto de exceção, ou seja, um modo de reconhecimento. Pode, então, assumir a forma de uma inscrição numa lista do patrimônio, nacional ou internacional, ou de um título de “referência cultural”, por exemplo, como no caso que é evocado neste ensaio. A patrimonialização efetua assim uma operação que separa o objeto designado a se tornar patrimônio, remove-o para fora do mundo social, para lhe propiciar uma preservação física e simbólica, num museu ou num arquivo, por exemplo (Rautenberg, 2003; Amougou, 2004; Davallon, 2006).

<sup>45</sup> Cabe especificar que *objeto*, neste ensaio, refere-se ao ‘objeto de patrimônio’, designando genericamente todo elemento que esteja submetido à patrimonialização, seja de natureza material ou imaterial.

<sup>46</sup> Este “novo paradigma patrimonial” (Bortolotto, 2011, p.26) fundamenta-se no quadro conceitual definido em torno do patrimônio dito imaterial, notadamente a partir das orientações da Unesco (Pianezza, 2017). Para nós, trata-se de uma abordagem singular do patrimônio em sua totalidade, que se pode aplicar aos patrimônios ditos material e imaterial, cuja oposição é hoje amplamente questionada. Esse paradigma, então, inspira a nosso ver “uma forma específica de produzir patrimônio” (Davallon, 2015, p.29), a partir de suas significações sociais, expressas por seus detentores.

de continuar as transformações à medida que se vão produzindo.

Apresenta-se, assim, um grande problema conceitual e epistemológico, pois, com efeito, a própria lógica da patrimonialização implica que se dê alguma forma de estabilização de práticas, e com ela uma estabilização dos saberes que lhes estão associados, de maneira a garantir a possibilidade de sua conservação. A ideia de uma fixação de saberes parece, portanto, inerente a todo projeto de preservação patrimonial, e, por outro lado, necessária, em vários níveis, a uma melhor apreensão das práticas, de um ponto de vista material ou conceitual. Com efeito, de um ponto de vista primordialmente técnico, o registro das práticas em determinada mídia – audiovisual, por exemplo – provê um suporte material ao objeto dito imaterial, e, de fato, o torna perceptível, revisitável infinitamente. Registrados em vídeo, um canto, uma dança ou uma prática ritual poderão, assim, serem visualizados novamente, e escapar da fugacidade de sua performance efêmera, realizada originalmente em circunstâncias já passadas. Por outro lado, a fixação implica mais frequentemente a produção de um saber destinado a descrever o valor que essas práticas têm para seus detentores; um saber que servirá para justificar sua patrimonialização e, mais tarde, para identificá-las e representá-las, a partir de sua difusão junto ao mundo social. Deste último ponto de vista, portanto, a fixação permite apreender conceitualmente as práticas indicadas a se tornarem patrimônio. Assim, trata-se, mediante a produção de uma mídia documental – filme ou publicação –, de construir um traço, um rastro, destinado a assegurar a conservação técnica ou simbólica do patrimônio. Em outras palavras, a fixação corresponde por sua vez à produção de um traço físico do patrimônio, graças a uma operação técnica de registro midiático das práticas, e ao registro de um saber acerca delas. Trata-se, portanto, neste último caso, de uma fixação simbólica da significação.

Ora, a essa ideia da fixação, aparentemente necessária à operação de patrimonialização, corresponde um movimento de congelamento, de imobilização de seu sentido, que constringe o patrimônio a determinada forma e determinado estado, tal como o afirma a literatura científica. Uma tal operação

faz parar (...) o fluxo, congela os saberes, arrisca fazer desaparecer a dimensão encarnada da fala, apaga o contexto social da enunciação na medida em que esses saberes e essa fala serão doravante fixadas, porque inscritas num suporte. É, portanto, um estado (...) estabelecido, transscrito, e a recriação contínua se interrompe. (Davallon, 2015, p.37)

Alguns pesquisadores concluem então que há danos ocasionados pela fixação,

ressaltando igualmente o efeito do distanciamento que ela cria entre as práticas que se tornaram patrimônio e o grupo do qual estas são, inicialmente, expressões<sup>47</sup>. É a ideia de que o movimento da conservação patrimonial seria contrário à vida das práticas, tal como ela se aloja e se desenrola naturalmente na memória dos grupos sociais: “A operação de conservação (...) visa a dar uma forma e um conteúdo fixos, definitivos, em contradição com a dinâmica das trocas de memórias (Rautenberg, 2003, p. 80).

Tal ancoragem problemática se situa no fundamento deste ensaio. Com efeito, a fixação do patrimônio é frequentemente apreendida, na literatura científica como a ideia de uma redução de sentido, de uma percepção diminuída e possivelmente errônea do patrimônio. Haveria então um problema básico ligado ao devir midiático do objeto de patrimônio, cujo futuro aparece a partir de então fundamentalmente ligado à sua vida no suporte em que está registrado, estanque, sem possibilidade de se repor em processo. O sentido do objeto parece aí fixado, limitado a uma parte daquilo que ele é, e sua forma parece imobilizada. É a ideia de que, ao se registrar uma prática ritual, um canto ou uma dança, é, afinal, uma só das versões destes que é memorizada, apenas uma de suas múltiplas variantes – a que foi executada naquele dia e naquele momento –, com exclusão de todas as outras possibilidades, de todas as formas que eles assumiriam num outro dia, num outro momento, ou ao serem executados por outros praticantes: “a fixação (...) implica necessariamente a seleção – uma seleção quase acidental – de uma versão oral num tempo e lugar específicos”, de modo às vezes arbitrário (Goody, 2007, p.157).

Assim, com a fixação, tem-se uma única interpretação registrada e, assim, revelada – uma apenas, escolhida e conservada em detrimento de todas as outras. Esta é, em seguida, elevada à condição de referência segundo a qual as outras serão, daí em diante, avaliadas: sua fixação lhe dá um valor de autenticidade e lhe confere de fato certa forma de autoridade. Isso estimula os praticantes a se conformarem a esta nova referência, levando possivelmente, em seguida, a uma homogeneização das práticas e, finalmente, à diminuição da variabilidade da forma original, em outras

<sup>47</sup> “A patrimonialização [...] é uma concepção de patrimônio que desapropria as populações, que transfere em parte o vínculo afetivo e a ligação patrimonial a agentes exteriores que o remodelam ao sabor de seus interesses – mesmo que seus interesses possam ser congruentes com os das populações ou atores locais. Ao dirigir uma visada “globalizante” e “universal” sobre o popular, ela o desencarna, ou seja, rompe o vínculo estabelecido entre esse patrimônio e uma comunidade humana que o havia reconhecido e instituído.” (Rautenberg, 2010, p.6) “A patrimonialização cria distância, ela põe à parte os objetos patrimonializados.” (Ibid., p.128–129).

palavras, ao empobrecimento da riqueza formal da prática inicial:

Ao se anotar uma [dada] versão (...) cristaliza-se uma recitação específica. ... A versão escrita de uma recitação oral transforma em texto imutável uma das muitas possibilidades de performance (Macchiarella, 2011, p. 155-156).

De fato, quando se registra uma versão de uma prática, está-se favorecendo sua circulação sob aquela forma específica e única junto ao grupo social. O mesmo acontece com aquilo que se diz dessa prática nesse novo suporte, com o sentido que lhe é atribuído, com os saberes que parecem nele estarem conservados e que lhe são associados, em detrimento de tudo mais que poderia ser dito. Mesmo que se pretenda algum tipo de exaustividade, como seria possível, em algumas palavras ou imagens, dizer tudo a respeito de uma prática? Haveria, então, um obstáculo epistemológico ligado à fixação; sua metodologia de construção de saberes parecendo sempre destinada a reduzir o sentido das práticas documentadas. É, pois, neste sentido que a fixação poderia afetar e transformar o processo de transmissão de saberes no seio do grupo social, porque a circulação de saberes recoloca a partir de então um único fragmento da prática original.

Sem perder de vista tais limitações formais, conceituais e epistemológicas da fixação de saberes, esta noção nos permite abordar o problema da patrimonialização ligada à ideia do imaterial. Cumpre esclarecer que definimos o conceito de fixação de duas maneiras. A princípio, nós o consideramos uma etapa-chave da patrimonialização, a da documentação patrimonial a partir do inventário, ou seja, da etapa que registra as práticas e produz um saber a respeito delas. Mas o conceito de fixação designa igualmente o efeito temido, imobilizante, de tal operação. Em outras palavras, a fixação corresponde tanto ao registro numa mídia que é o suporte do objeto, ou de um saber que ocupa esse lugar, quanto ao efeito que ela produz, o estado fixo que daí resulta. Assim, ela se distingue do conceito de estabilização de saberes, cujo processo de perenização ela tão bem evoca, porém com a ideia de uma parada no tempo (Nora, 1984), de um processo deletério de imobilização, em direção à inércia da forma e do sentido do objeto de patrimônio.

Aqui, chamamos atenção para a contradição inerente que existe entre, de um lado, a mutabilidade que é visada em um patrimônio quando considerado à luz do imaterial, e, de outro lado, o princípio de sua conservação patrimonial. Ainda que a ideia de salvaguarda, acionada pelas políticas contemporâneas do imaterial, pretenda

resolver essa tensão mediante a exigência de que a patrimonialização seja acompanhada da preservação da vida das práticas no mundo social, a manobra parece ser vã (Heinich, 2012). Com efeito, a dificuldade não diminui quando se reúnem duas lógicas: por um lado, a da abertura, evolutividade e instabilidade do sentido, e por outro, o encerramento deste num conjunto limitado de saberes e o confinamento do objeto de patrimônio num suporte midiático de registro.

Acresce que um problema de ordem jurídico-administrativa vem redobrar a dificuldade: a aparente inadequação dos instrumentos institucionais de patrimonialização, na abordagem do imaterial:

Nenhum dos instrumentos postos à disposição das instituições do patrimônio é (...) concebido de modo a levar em conta a dimensão dinâmica do elemento e assegurar, antes de mais nada, a viabilidade preconizada pela Unesco. (...) Conquanto a natureza dinâmica de toda expressão cultural seja evidente para etnólogos, os instrumentos, métodos e objetivos de proteção do patrimônio legitimados pelas instituições não são concebidos para acompanhar e apoiar essa dimensão evolutiva (Bortolotto, 2011, p. 28).

O campo contemporâneo do patrimônio aparece, assim, fraturado por uma série de injunções contraditórias: a da patrimonialização como fixação, por um lado, a necessidade de evitar a imobilidade desta, por outro, e a da perpétua reativação dessa dinâmica, por outro ainda.

## INTERROGAR OS REGIMES CONTEMPORÂNEOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: COMO FIXAR SEM IMOBILIZAR?

Em tal contexto problemático, nos indagamos se a patrimonialização ainda é possível no que concerne apenas ao imaterial, ou se não somos levados a repensar a ideia por inteiro e imaginar outros modos patrimonializar, de proteger e fixar? Não seria possível, então, considerar o surgimento de um novo tipo de patrimonialização, propondo outros formatos e outras maneiras de proceder, que permitam fixar o patrimônio sem imobilizá-lo? Eis aí todo o questionamento deste ensaio.

Ante a crescente influência do paradigma do imaterial e a multiplicação de operações de patrimonialização inspiradas em seus princípios e valores, examinamos como projetos são efetivamente negociados e postos em ação, entre tais parâmetros opostos. Trata-se de refletir sobre o modo como os dispositivos contemporâneos de patrimonialização respondem à injunção contraditória de, por um lado, produzir objetos

de saber estáveis, e por outro buscar a mutabilidade das formas culturais. Debruçamos, pois, sobre as estratégias disponíveis para contornar essa dificuldade inicial.

Assim, este trabalho indaga a respeito da operatividade dos dispositivos, isto é, a maneira pela qual funcionam, e, portanto, a maneira como a patrimonialização se desenrola por meio deles. Trata, depois, de observar como os dispositivos informam sobre o modelo patrimonial que os anima. É, pois, uma problematização dos regimes de patrimonialização que estamos propondo, ou seja, um modo singular de fazer-patrimônio<sup>48</sup>: aquele ligado a uma reflexão sobre o imaterial. Dito de outra maneira, lançamos um olhar sobre os processos de construção do patrimônio com um interesse específico pela relação sociossimbólica que sustentam, ou seja, pela evolução da relação entre, por um lado, os agentes sociais, os assim chamados detentores, e por outro os objetos e práticas designados a se tornarem patrimônio.

## A ANÁLISE: OBSERVANDO EM CAMPO O TRABALHO DE MEMÓRIA DO ATOR SOCIAL PARA PENSAR O LUGAR DA MEMÓRIA SOCIAL NOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Por evidenciar a operatividade dos regimes de patrimonialização ligados ao imaterial, o surgimento de agentes sociais contemporâneos desejosos de intervir no processo patrimonial nos convida a considerar a questão da memória social<sup>49</sup>. Com efeito, os dispositivos patrimoniais contemporâneos não mais parecem poder abrir mão de um trabalho de coleta de testemunhos junto ao grupo social, em parceria com este. Atualmente, é à luz de tais testemunhos, recolhidos junto aos detentores dos objetos do patrimônio<sup>50</sup>, que se explicita, se descreve e se analisa a existência destes, assim como daquilo que significam e representam. São esses os relatos mobilizados para

<sup>48</sup> No original, *mise en patrimoine*; no sentido de acionar qualquer dispositivo patrimonial; a distinguir de e com significado mais amplo que *patrimonializar* tal como descrito pela autora, em relação direta com o conceito de imaterial.

<sup>49</sup> Para definir o conceito de memória social, aqui entendida como um relato ou testemunho do grupo social sobre o grupo social, um relato de si por si mesmo, consideramos que tal relato foi objeto de coleta e de registro num suporte midiático, portanto um trabalho de registro em algum meio, de perenização, que permite sua difusão. Além disso, é um relato que sai do estado bruto, sendo em certa medida pensado ou estruturado, ou ao menos tornado objeto de uma formatação ou narrativa para assumir um estatuto documentário. É um “saber arquivado em formato escrito e reproduzível” (Davallon 2015, p. 55), ou uma memória “documentada e estocada” (p. 39).

<sup>50</sup> Reiterando que os objetos do patrimônio remetem a objetos ditos ao mesmo tempo materiais e imateriais.

decidir e justificar a patrimonialização que ocorrerá. Em outras palavras, é à memória social que cabe o encargo de “informar o patrimônio” em constituição (Régimbeau, 2014, p.14), fornecendo a substância, a matéria, o cerne do saber a ser produzido sobre aquele item ou assunto. Ainda que a partir daí, apareça o papel preponderante dessa memória social nos processos de patrimonialização, é importante explorar que papel é esse, qual o seu lugar, e redefini-la de acordo com isso.

A questão da memória social traz igualmente, em consequência, a questão do uso social da patrimonialização, na medida em que esses processos de coleta de testemunhos parecem ter a capacidade de redinamizar a circulação de saberes (Jeanneret, 2008) no seio do grupo, e limitar, deste ponto de vista, as dificuldades suscitadas pela fixação dos saberes. Se, graças à patrimonialização, trocam-se saberes no interior do grupo social, haverá ainda motivo para temer sua imobilização num suporte midiático? Pois, apesar de tudo, isso permite que os saberes sejam manipulados e transformados e, portanto, que possam evoluir.

Nesta perspectiva, a questão da memória social parece ser crucial para pensar e descrever os regimes de patrimonialização contemporâneos. Neste ensaio, ela permite notadamente identificar as transformações técnicas, epistemológicas e simbólicas em ação nas diferentes etapas do processo de patrimonialização, desde a coleta de testemunhos do grupo social, sua mobilização na produção de saberes sobre o patrimônio, e seu registro em mídia audiovisual. Trata-se, pois, de compreender o que o recurso à memória do grupo durante a patrimonialização vem modificar para o ator social, e como transforma a maneira pela qual é concebido e construído seu patrimônio.

Quanto a este ponto, particularmente, analisamos o gesto assumido pelo ator social em todas essas etapas do trabalho documental de memória em torno dos testemunhos recolhidos. Entronizado como parceiro no processo de patrimonialização em curso, o ator social é cada vez mais frequentemente e mais estreitamente associado a ela e – muito notadamente no campo que observamos – levado a documentar por si próprio o patrimônio, filmando e registrando seu testemunho a respeito. Deste ponto de vista, trata-se, pois, de procurar observar o que é transformado pela sua participação ativa na coleta filmada da memória e, principalmente, como isso modifica sua relação sociossimbólica com o patrimônio.

Interrogaremos esse trabalho de memória em sua epistemologia singular, para

explicar como ele funciona em torno de uma busca do efêmero. Queremos mostrar que os processos contemporâneos de patrimonialização, ao produzirem com o grupo social, em estreita parceria com ele – e produzindo com ele objetos de saberes ancorados na memória, na fluidez e na mutabilidade –, se empenham em contornar a dificuldade de estabilizar um patrimônio em movimento.

Investigando em campo esse trabalho de memória, enfocamos os dispositivos contemporâneos de patrimonialização em sua fase inicial de inventário, para identificar de que modo os agentes desses processos se valem dos obstáculos para proteger e manter a vitalidade das práticas que estão sendo levadas a se tornarem patrimônio. É o que chamamos de estratégias de circundamento, adotadas pelos atores contemporâneos do patrimônio. Dito de outra maneira, vemos como os atores em campo concebem as estratégias destinadas a *fixar sem immobilizar*, ou seja, fixar (pelo registro) os saberes, mas sem, com isso, interromper seu desenvolvimento. Consideramos assim o modo pelo qual essas estratégias afetam a relação dos atores sociais com seu patrimônio.

O estudo foi realizado a partir de um trabalho de campo efetuado entre 2014 e 2015, em torno de um inventário do patrimônio do povo guarani, conduzido em seis aldeias nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, como parte do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Na fase do inventário, o projeto visava principalmente a documentar o patrimônio em devir; isto é, recolher junto ao grupo social guarani<sup>51</sup> um testemunho suscetível de descrever seu valor. A ideia era, pois, a de constituir a partir dos relatos um saber capaz de decidir e justificar a patrimonialização das práticas rituais então documentadas, atribuindo-lhes o estatuto de “referência cultural”. Assim, neste caso, em conformidade com a injunção formulada pela política patrimonial brasileira de favorecer a participação do grupo social, o povo guarani é levado a conduzir ele mesmo o trabalho de documentação, com a ajuda de um pesquisador nomeado pela instituição de referência,<sup>52</sup> encarregada de os acompanhar. Tal trabalho de coleta memorial se realizou com a ajuda de meios audiovisuais, graças aos quais os jovens guaranis, qualificados como investigadores, ou ainda como “pesquisadores indígenas”, puderam dedicar-se a interrogar os anciões e filmar seu testemunho em vídeo.

<sup>51</sup> Os Guarani são aqui designados os detentores das práticas inventariadas, submetidas a inventário.

<sup>52</sup> No caso, o Museu Nacional dos Povos Indígenas.

Foi esse trabalho de documentação audiovisual, conduzido pelo viés de investigações e testemunhos filmados por atores do grupo, que reteve nossa atenção e nos permitiu refletir sobre a construção de um saber memorial, a um só tempo gerador de traços no patrimônio – segundo uma lógica de arquivamento e de conservação, portanto –, mas também aberto a reestruturação e à mutabilidade. Assim, é o processo mesmo de produção ou de construção desses saberes, tal como assumido e levado a efeito pelo grupo social, que parece ser decisivo para ativar uma patrimonialização capaz de, por um lado, atuar sobre a vitalidade contínua das práticas patrimonializadas e, por outro, favorecer a transmissão cultural ao atuar sobre a circulação dos saberes no próprio tempo do dispositivo patrimonial.

## UMA METODOLOGIA SEMIOETNOGRÁFICA

Nossa metodologia semioetnográfica, ou seja, baseada no uso de ferramentas semióticas e numa investigação etnográfica, implica uma abordagem abrangente e interpretativa dos processos documentais de patrimonialização estudados. A pesquisa de tipo qualitativo se apoia, pois, numa observação do inventário, bem como numa coleta de documentos que descrevam, notadamente, o projeto documental dos atores para a produção de saberes. Ela mobiliza principalmente a análise de entrevistas comprehensivas com os diferentes atores, concebedores e participantes do dispositivo inventário.

Em primeiro lugar, recorremos à observação, quando possível, e residimos nas casas das pessoas. Com isso nos beneficiamos de um acesso privilegiado aos participantes guaranis, com os quais pudemos interagir de maneira informal, como complemento das entrevistas. A proximidade cotidiana com os atores do dispositivo do inventário permitiu-nos criar uma relação mais familiar, e a condução de entrevistas informais favoreceu uma atitude de confiança da parte deles. Isso nos permitiu suscitar e acompanhar conversas espontâneas, ou seja, “relatos circulantes” complementares dos “relatos provocados” nas entrevistas (Derèze, 1997, p. 132). Enfim, as estadias junto aos grupos nos permitiram assistir a muitos eventos da vida comunitária, às vezes na forma de dispositivos semelhantes aos nossos, ou então em momentos de interação do grupo e segundo seu ritmo de vida (reuniões de autoridades da aldeia, ou encontros informais).

Procedemos em seguida a uma coleta de documentos concernentes ao inventário. Optamos por classificá-los em várias categorias: documentos institucionais (texto legal, solicitação de projeto, manual de aplicação do inventário); documentos de trabalho (relatórios de reuniões, relatos sobre o projeto, etc.); documentos públicos (por exemplo, *sites*, na internet, de organismos envolvidos), e enfim os produtos do inventário (filmes, fichas de inventário, etc.). Coligimos assim uma série de documentos institucionais, o que nos permitiu captar melhor a organização do inventário, bem como a visão de seus criadores e atores em termos de ação patrimonial e, igualmente, as modalidades contempladas em sua implementação. Esses documentos foram em seguida confrontados com o discurso do conjunto de atores.

Depois, coletamos os escritos dos inventariantes que explicitavam seu escopo, sua metodologia e o desenrolar previsto (por exemplo: o texto do projeto adotado, o relatório, as fichas de inventários produzidas, e principalmente um anexo dos registros audiovisuais). Tais documentos são particularmente pertinentes, na medida em que acionam um trabalho de reflexão crítica, quando seus autores argumentam quanto ao interesse do projeto junto a apoiadores e financiadores, por exemplo. Recolhemos também os relatos sobre a condução do projeto, tendo em vista analisar o retorno crítico, conforme preconizado pelos concebedores, ao fim do inventário. Conscientes da intenção dos concebedores de justificar junto às instâncias institucionais o bom uso dos recursos, cruzamos em seguida os dados constantes nesses documentos com aqueles obtidos em nossas entrevistas com os concebedores e os atores sociais do dispositivo em questão.

Enfim, realizamos uma série de entrevistas para recolher um olhar reflexivo dos atores sociais, identificar o sentido que atribuem a sua atitude documental, e conhecer a leitura que fazem do processo de produção de saberes memoriais e das transformações que ele propicia. As entrevistas visavam permitir aos atores interrogados retomarem sua experiência com o dispositivo patrimonial do inventário, descrevê-lo e qualificá-lo, e assim informarmo-nos a respeito da percepção que dele tiveram e do significado que lhe atribuíram. Optamos por entrevistas de tipo compreensivo (Kaufmann, 1996), uma vez que elas permitem que as opções enunciativas, semânticas e simbólicas do ator social se evidenciem da maneira mais autônoma e menos dirigida possível. As entrevistas se destinavam a provocar um retorno crítico dos atores a suas experiências, sem orientar previamente seu discurso

e de modo que pudessem remontar às suas próprias razões. Elas deveriam, portanto, em sua maioria, ser conduzidas após a realização do dispositivo de inventário, para facilitar o retorno a um episódio já distante. No entanto, realizamos, quando foi possível, muitas entrevistas em antecipação à criação do inventário, para melhor captar as transformações da obra entre o antes e o depois, a movimentação de uma realidade para outra – quer se tratasse de uma sensação ou percepção, quer de um ponto de vista da pessoa participante em relação ao dispositivo e ao patrimônio.

Pelo grande espaço que os relatos das experiências de atores não especialistas ocuparam em nosso trabalho, essa metodologia pode ser descrita como uma semiótica dos intérpretes sociais, que acionamos remontando aos significados que emergem de seus discursos.

## OS RESULTADOS DA ANÁLISE: A FABRICAÇÃO ATIVA DA MEMÓRIA

Uma análise do inventário guarani nos permitiu compreender muito daquilo que está em jogo nos dispositivos de patrimonialização, empreendidos sob a forma de trabalho de documentação audiovisual, em parceria com agentes científicos e sociais. Tal análise mostrou que essas coletas de memória são a aplicação efetiva, em cada ocasião, de um regime singular de patrimonialização associado ao imaterial, ligado à ativação de uma memória social produzida pelo ator social parceiro.

## A EXPERIÊNCIA SINGULAR DO AGENTE SOCIAL PARCEIRO DURANTE A PATRIMONIALIZAÇÃO: UM PERCURSO DE COMPETÊNCIA E DE APROPRIAÇÃO QUANDO DO TRABALHO DE MEMÓRIA

Ao decodificar a operatividade do dispositivo patrimonial do inventário e as modalidades de sua realização, analisadas como componentes de um trabalho de memória do ator social, pudemos compreender, ao final da análise, o lugar e o papel singulares da memória social dentro desse regime de patrimonialização: aqui, com efeito, é exatamente a fabricação compartilhada dessa memória entre os membros do grupo social que ativa uma série de transformações, capazes de ajustarem a relação sociossimbólica dos atores com seu patrimônio. Em outras palavras, ao longo do

dispositivo do inventário, o ator social vivencia uma experiência decisiva quanto a seu patrimônio, capaz de refundar, ao menos em parte, sua relação com este.

Além disso, tal experiência lhe permite formar ou reforçar uma série de competências singulares, em termos de sociabilidade, de reflexividade e de apropriação do patrimônio do grupo. É por meio dessas competências – novas ou ampliadas – que os atores podem reformular, reproduzir ou reconstituir para si mesmos seu patrimônio. Significativamente, suas competências tomam de fato a forma de quadros ou enquadramentos estruturantes, quadros de compreensão, de prática e de ação patrimoniais: são os modos de fazer e de pensar, os pontos de referência, e os saberes e habilidades [savoir-faire] metodológicos que os jovens pesquisadores guaranis adquirem, aplicam e trocam na própria ocasião de seu trabalho de documentação. Por exemplo, durante todos os intercâmbios ligados ao inventário, os anciãos comentam amplamente as circunstâncias e desafios contemporâneos que afetam as práticas tradicionais e com isso convidam os jovens a contemplar as mutações em curso, compreendê-las, refletir sobre elas.<sup>53</sup> Em vez de descreverem com exatidão os rituais documentados ou as maneiras de praticá-los, os anciãos sobretudo estimulam os jovens a que se impregnem do modo de pensar que anima essas formas, questionem seu patrimônio e demonstrem espírito crítico, “numa perspectiva (...) de problematização do estado atual da cultura” (excerto de entrevista). O aprendizado dessas habilidades [savoir-faire] mobiliza os jovens guaranis a refletir sobre suas práticas rituais, a executá-las e a atuar para mantê-las – e isso, a cada vez, em função das referências cultuais herdadas dos anciãos.

Esses quadros se inscrevem em continuidade com a herança tradicional, mas eles também organizam um vasto espaço de liberdade no interior do qual pode-se recriar o patrimônio, continuá-lo sem imitação, renová-lo sem interrompê-lo. Simplificando: somente os enquadramentos são transmitidos, e cabe aos jovens preenchê-los. Eis aí um ponto importante: a experiência patrimonial assim constituída, em vez de dar uma forma fixa e estável ao saber concernente ao patrimônio, enquadra preferencialmente a reformulação e reativação desse saber, documentando e transmitindo as

<sup>53</sup> Isso nos faz lembrar a recomendação de Dominique Gallois para os processos de inventário: tratar-se, de acordo com ela, de propor projetos nos quais os “membros da comunidade que participam no inventário sejam instados a refletir, de modo bem mais eficaz, sobre os mecanismos de produção, de transformação do saber. E, consequentemente, eles sentir-se-ão habilitados a fazer comparações (...). e a avaliar mais adequadamente as ameaças que possam pairar sobre suas tradições culturais.” (Gallois, 2006)

competências adequadas a guiar sem imposições o pensamento e a ação dos jovens, contribuindo para potencializar neles os meios afetivos, intelectuais, técnicos e epistemológicos de cultivar seu patrimônio. Em outras palavras: fornece-lhes métodos ou as chaves para que eles mesmos o desenvolvam. Deste modo, a experiência atua também, em certa medida, sobre o interesse, o desejo e a capacidade dos jovens de se encarregarem da proteção de seu patrimônio. Nesse sentido, o dispositivo documental já se mostra propenso a refundar a relação sociossimbólica do grupo social com seu patrimônio em devir.

A circulação dos quadros metodológicos no processo do inventário sinaliza enfim um movimento de apropriação social daquilo que é documentado por meio do dispositivo. Com efeito, tal circulação tende a manter uma relação de autoridade e de autoralidade entre o grupo social e seu patrimônio, pois, longe de ser desapropriado, o grupo é levado a recriá-lo. Além disso, a circulação constitui a base de uma intimidade renovada entre o grupo e seu patrimônio, permitindo que se desenvolva entre eles uma relação de proximidade. Enfim, ela amplia a vida social do patrimônio, pois alimenta e renova a prática contemporânea.

O movimento de apropriação traduz-se no nível epistemológico. Operado em sua maior parte pelo ator social, em função de seu estatuto de parceiro, o trabalho de memória o põe na posição de “pesquisador indígena”, agente da documentação patrimonial – quer seja esta um testemunho filmado, que descreve o patrimônio, quer se trate de testemunho fílmico, que interroga os anciões e colhe seus depoimentos.

As modalidades do trabalho de memória nos permitem também melhor compreender a forma epistemológica da pesquisa em parceria que é posta em operação. Nela, o ator social assume a condução do dispositivo de inventário até se apropriar do papel de definir uma metodologia comunicacional baseada em situações de transmissão oral tradicional: em outras palavras, ele adapta os mecanismos documentais à epistemologia indígena. Mediante a metodologia de pesquisa em parceria, o mundo social toma de empréstimo métodos científicos, mas os ajusta ao ritmo, aos acontecimentos e às modalidades próprias da vida social guarani.

É neste sentido que consideramos o dispositivo de documentação audiovisual ligado ao inventário como uma via de apropriação patrimonial: pelo trabalho de memória em parceria, ele ajuda a forjar para o ator social uma relação de autoridade e de intimidade com o patrimônio documentado, e um desejo de envolvimento com ele.

## A DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL DO TESTEMUNHO OU A FIXAÇÃO FLEXÍVEL DOS SABERES MEMORIAIS

A análise permitiu em seguida definir uma possível modelização do regime de patrimonialização em curso. Aqui, é o devir midiático do objeto de patrimônio que buscamos examinar, a partir da hipótese que formulamos, de uma fixação flexível dos saberes e uma circulação social à qual estes se destinam.

De um lado, o tratamento documental singular do objeto de patrimônio na produção documental (o filme) e, de outro, a natureza dos saberes constituídos a esse respeito, nos indicam o caminho. Com efeito, a designação indireta do objeto de patrimônio (as práticas rituais), que se dá por ocasião do trabalho documental, nos informa sobre a maneira pela qual ele (isto é, as práticas rituais) é deixado em aberto a rearranjos: apreendido mediante o olhar/escuta de um testemunho que se registra, abordado de modo não referencial,<sup>54</sup> jamais descrito com exatidão. O objeto é mencionado, mas sem que se tente circunscrevê-lo ou tudo dizer sobre ele. As práticas, portanto, são enfocadas através das mutações por que passam e sobretudo questionadas em modo reflexivo. Ou seja, recusa-se qualquer formalização, objetivação ou estabilização em um conjunto determinado de saberes. Decididamente ancorado na singularidade de vozes muito particulares – as dos anciões guaranis interrogados pelos “pesquisadores indígenas” –, o saber assim produzido permanece à distância de seu objeto, e dele se aproxima de modo furtivo ou efêmero, e sobretudo de modo contornado, elusivo, em diagonal: designa-o, mas resiste a tratar dele ou discorrer a seu respeito. Aqui, o dispositivo documental assume, pois, a percepção subjetiva, parcial e distanciada do objeto de patrimônio que ele propõe e reivindica – como se esse fosse o único caminho possível para tratar dele, já que é impossível tudo dizer e tudo mostrar.

Enfim, o tratamento documental apontado aloca os saberes numa apreensão prospectiva do patrimônio: submetido ao tipo de olhar problematizador e criador associado ao testemunho, tal tratamento se faz objeto de uma proposta inédita, e se

---

<sup>54</sup> No sentido de que se faz pouca referência à prática documentada, de que não se a descreve com exatidão, e de que, para investigá-la e questioná-la, a ênfase éposta na evocação nos riscos societários a ela associados.

projeta adiante, ainda mais por não retratar um dado existente. Ele está na criação, em fluxo suspenso, ou seja, numa temporalidade imediata que se desenrola em função da palavra do testemunho: na sua implementação em curso, orientada para o futuro, mais do que num passado extinguido a se relatar. Então, os saberes já aparecem fixados de outra maneira: vinculados ao testemunho e propostos sob a forma de pistas para dar sentido ao patrimônio<sup>55</sup>, eles são mais sugeridos do que apresentados, e assim resistem às possíveis imobilizações. Convocados a se recriarem, os saberes são acionados e reencenados numa variedade de ocorrências, escapando da fixidez de uma versão única registrada.

É esse tipo de tratamento documental por testemunho filmado, tornado possível pelo enquadramento ou regime de parceria, que substancia o conjunto de nossa argumentação quanto à *fixação flexível* dos saberes no cerne do dispositivo midiático da documentação patrimonial. A isso vem somar-se a especificidade do audiovisual, pois os atores sociais interrogados reconhecem aí uma especial capacidade de deter o efeito imobilizante da fixação dos saberes e de manter uma fluidez e uma movimentação que também são do objeto documentado. É a ideia de uma sincronia muito particular entre o meio audiovisual e o patrimônio, tal como este é concebido à luz do imaterial. Trata-se de uma confiança do grupo social na capacidade da ferramenta vídeo de portar o patrimônio sem alterá-lo ou detê-lo em sua evolutividade, ou seja: exaltá-lo.

Ao término da análise, a questão da fixação já não aparece como problema teórico, na medida em que ela foi contornada. Ao favorecer o encontro intergeracional entre membros do grupo social – no caso, os jovens colhendo o testemunho dos anciãos guaranis –, o processo patrimonial favorece também o intercâmbio social em torno do patrimônio, sendo notório que, entre os guaranis, é justamente dentro desses espaços de discussão e de trocas que ocorre a transmissão de saberes. Assim, por organizar as trocas desse modo, o dispositivo patrimonial parece conter uma promessa de circulação de saberes, suscetível de, em certa medida, vivificar as práticas documentadas. Assim, mesmo se alguma imobilização tenha de se dar com a fixação em um suporte documental, ela se mostra anulada pelo efeito contrário que se

<sup>55</sup> São pistas, no sentido de índices, de sugestões e de questionamentos, ou seja, de reflexões abertas que convidam todos e cada um a responderem por si mesmos, mais do que a apresentar respostas ou questionamentos já resolvidos.

empresta ao dispositivo de inventário, que ao ser utilizado já seria capaz de redistribuir os saberes.

Deste ponto de vista, o dispositivo de patrimonialização assume a figura de um mediador, uma vez que estimula a relação entre membros do grupo social – no caso, o encontro de jovens e anciãos. Com efeito, pode-se dizer que o pretexto da documentação tende a restabelecer situações de transmissão oral, oferecendo aos jovens e aos anciãos a oportunidade de um intercâmbio quanto a práticas tradicionais. Assim, por seu intermédio, um processo de transmissão de saberes já ocorre quando o dispositivo de inventário está em ação. Daí a proposição da ideia de um agenciamento do dispositivo patrimonial, mesmo enquanto em construção, mesmo enquanto fábrica, manufatura, uma memória social do grupo – muito antes, portanto, de seu resultado midiático e sua materialização em forma de documento audiovisual, e antes mesmo que a patrimonialização se tenha realizado. Antes de sua possível imobilização, os saberes já estão, pois, redistribuídos, esvaziando os temores de que a patrimonialização redundaria em apagamento e redução irremediáveis.

## A MEMÓRIA SOCIAL, UM CONTEÚDO PERPETUAMENTE RECONFIGURADO COMO UM VAZIO PROMISSOR E UMA SUSPENSÃO FECUNDA

Mostramos que os conteúdos tratados por meio do dispositivo documental eram móveis, fugazes, de um modo próprio a contornar o objeto do patrimônio – ou seja, tomados preferencialmente de modo, por assim dizer, oblíquo, indireto, em defasagem. A partir desses conteúdos baseados na palavra em (dis)curso, na enunciação de um testemunho, e a partir do questionamento que ele traz consigo, tratava-se essencialmente de dispor o pesquisador-participante e o receptor a repensar o patrimônio e refundamentar a relação com ele. No cerne do dispositivo, o que circulava não eram ensinamentos precisos, já identificados, claramente descritos e prontos para serem reproduzidos, mas sim as habilidades metodológicas<sup>56</sup>. Foi desse modo que explicamos a resistência do dispositivo documental a delimitar conteúdos específicos. Cabe então, a respeito dessa produção de conteúdos altamente indeterminados, perguntar: o que ela nos diz a respeito do trabalho de memória que é realizado no cerne

<sup>56</sup> Nota do tradutor: no original des savoir-faire méthodologiques

do dispositivo patrimonial?; o que ela nos diz sobre a natureza da memória em jogo e de sua relação com o saber? Que memória social se constrói assim, e do que ela é feita? – haverá produção de saberes no cerne de nossos dispositivos onde vigoram a ausência de saberes descritivos e a primazia de conhecimentos metodológicos? O que resta dos conteúdos em suspenso? – eles nada de estável serão capazes de produzirem hão de ter vocação para devirem saber? Enfim, o que esse questionamento sobre a memória social nos diz quanto ao regime de patrimonialização que aqui está em operação?

Chegamos, assim, à requalificação da memória social trabalhada no cerne do dispositivo patrimonial, mediante a possível produção de saberes que ela proporciona a partir dos testemunhos colhidos. Sabendo que o que circula no cerne do dispositivo não são conteúdos precisos e específicos, concernentes ao patrimônio documentado, mas sim as habilidades [savoir-faire] metodológicas, tais quadros estruturantes nos permitem caracterizar a memória social que se constrói a partir deles, e assim determinar sua relação com o saber.

Concebida a partir desses quadros, existindo e se deslocando livremente entre eles, a memória social assim produzida se mostra de natureza fluida e flexível, necessariamente recriada a cada vez que é açãoada, e pensada como tal. Seus conteúdos se caracterizam por sua mutabilidade intrínseca e sua perpétua instabilidade, e pela presença de um espaço como que escavado no interior de seus quadros, marcado pela ausência de elementos estabilizados. Não é, portanto, um vácuo, um nada; é uma ausência que chama pela presença, um oco a ser preenchido pela atribuição de um conteúdo. É, pois, um vazio promissor, uma expectativa, e uma quantidade positiva. Aqui, os saberes visados ainda não se presentificaram, mas estão sendo constantemente convidados, e graças aos questionamentos e incitações estão a ponto de surgir. Esse apelo por conteúdos faz da memória social algo que está sempre no limiar de seu aparecimento, num ponto de transição, num limite pendular onde ela é quase tangível, mas sem ser tocada, como se não se quisesse ir além de torná-la iminente, e novamente, num esforço perpétuo, mantê-la em suspenso. Aqui, a ausência é mobilizada por uma recriação sempre por vir. Se dentro desse esquema só os quadros epistemológicos são transmitidos, é para dar lugar a que se crie no interior deles, que se recriem seus conteúdos; o vazio parece, então, necessário, a fim de colocar em curso a recriação dos possíveis saberes.

Desse ponto de vista, se em todo caso algum saber chega a ser elaborado no dispositivo documental, ele se mostrará como sendo de natureza flutuante, voltado a perpétua reconfiguração. Sabemos, no entanto, que os atores dos dispositivos observados entendem estar preservando para o futuro um acesso às formas documentadas, constituindo um saber-que-é-vestígio<sup>57</sup>, ou seja, produzindo vestígios sob forma de saber. Aqui o vestígio é predominantemente um índice de uma presença-ausência de saberes, os quais são mais sugeridos do que conservados. O saber possivelmente constituído parece estar suspenso, pendente, dependente de sua recriação – sempre iminente – por alguém, a testemunha, ou o receptor; uma recriação que se dá segundo os quadros que a transmitem, e em função deles.

Poderíamos neste ponto pensar que a memória social finalmente venha a ser como uma “virtualidade” que demanda ou exige, a cada vez, ser atualizada. Com efeito, ela “pertence, seja a um grupo que dela se apodere para revivê-la, seja ao historiador que a utilize para reconstruir um relato significativo.” (Namer, 1987, p. 224). A memória social demanda, assim, ser reconstruída para ser apropriada, e, antes mesmo disso, para existir. A relação difusa com o saber talvez seja, então, necessária no regime do imaterial, para permitir à memória social instalar-se segundo a noção de uma incerteza fundadora. Desse modo, uma relação renovada com o saber vem se esboçar por intermédio da produção de memória social. Ela se dá numa espécie de suspensão fecunda, uma promessa de recriação, que leva o indivíduo a recriar a cada vez novos saberes, à medida que repensa, reprocessa e reformula para si aqueles que lhe são apresentados no documentário audiovisual.

## A MEMÓRIA ATUANTE: PRODUÇÃO ATIVA E TRANSMISSÃO IMEDIATA DE SABERES – A SALVAGUARDA JÁ PRESENTE

Enfim, tivemos, com a análise proposta, oportunidade de identificar a atuação da memória social e de demonstrar seu lugar e seu papel preponderantes no cerne do regime de patrimonialização ligado ao imaterial: obra e realização deste, e o processo de maior significação que é proposto ao ator social. Identificamos o tempo de produção do dispositivo e da fabricação partilhada da memória social como seu nodo crucial, em

<sup>57</sup> Nota dos tradutores: do original, *savoir-trace*.

que se dá a possibilidade de uma transmissão patrimonial no aqui-e-agora. Em nossa interpretação, a elaboração da memória social propõe, na temporalidade do dispositivo patrimonial, um trabalho fundamental de mediação no seio do grupo social. O exercício que ela aciona, da construção de saberes patrimoniais em parceria, tem capacidade não apenas de agir sobre a relação sociossimbólica do grupo com seu patrimônio, mas igualmente de provocar uma circulação desses saberes durante o inventário.

Ao destacar a atuação da memória social, indicamos, por um lado, sua capacidade de ação e de transformação; por outro, elucidamos o modo como ela produz efeitos, à medida que se constitui: localizamos estes efeitos em sua própria fabricação, no cerne de seu trabalho, no decurso da operação do dispositivo documental e ao longo de todo o processo, quando o ator social a elabora e reatualiza. Ela se mostra atuante por natureza, desdobrada num desenrolar contínuo, sob a forma de um esquema gerativo que a revitaliza assim que ela é posta em jogo. Ela se caracteriza exatamente por esse desenrolar ajustado à temporalidade do dispositivo, isto é, no tempo da produção documental. Já o dispositivo, por sua vez, se torna eminentemente performativo, uma vez que produz a memória à medida que a enuncia para em seguida deixá-la em suspenso. O caráter atuante da memória social nos permite, pois, refinar nossa análise do regime de patrimonialização que o dispositivo de inventário faz ressoar.

Ao término desta reflexão, pomos em questão e ao mesmo tempo revalorizamos o papel da elaboração do saber que está no cerne da patrimonialização. Com efeito, é o próprio exercício da produção do saber, ou seja, a fabricação da memória social, que ativa uma forma de operatividade relacional<sup>58</sup> do dispositivo: em outras palavras, este exercício reúne seus atores em torno do trabalho nele partilhado, e lhes permite operar uma transmissão de saberes no próprio tempo do trabalho documental.

A produção de saber mostra assim sua capacidade de assumir por si mesma o trabalho de mediação do dispositivo documental, mas do ponto de vista *do processo* e não do resultado. Contudo, é preciso esclarecer que embora o saber produzido nos

---

<sup>58</sup>A operatividade relacional nos remete aqui em primeiro lugar à epistemologia do dispositivo documental, ao modo como o inventário guarani vai se orquestrando segundo uma metodologia comunicacional, para a implementação de espaços de discussão e intercâmbio entre os participantes: os anciãos e os jovens guaranis. Efetivamente, por outro lado, o conceito designa aquilo que um tal dispositivo constrói, aquilo que dele resulta: evoca a capacidade efetiva de uma tal metodologia para favorecer relacionamentos entre seus atores, e permite estabelecer oportunidades de circulação de saberes que são próximas às situações de transmissão oral tradicional.

pareça ter menos efeito do que o processo que o constitui, ele continua sendo, não obstante, um horizonte de expectativa sem o qual o processo não tem lugar – é a perspectiva que o orienta, o justifica e o motiva. É, pois, toda a primazia simbólica que está sendo atribuída à produção de saber, no regime de patrimonialização aqui desenhado, e é o que nos leva a considerar seu papel como crucial no dispositivo documental. De qualquer modo, o processo de produção e seu produto são evidentemente indissociáveis e, juntos, nos permitem distinguir a relação essencial do saber com a documentação patrimonial, na medida em que atua sobre as vinculações sociais que fundamentam o desejo de patrimônio, ao mesmo tempo que permite construir um conhecimento e legitimar, enquanto tal, a atribuição de um estatuto patrimonial.

## CONCLUSÃO: O EFÊMERO COMO HORIZONTE DE EXPECTATIVA PATRIMONIAL

A análise apresentada neste relato de pesquisa, organizada em torno da produção coletiva e compartilhada de uma memória social do grupo, permitiu demonstrar a singularidade dos regimes de patrimonialização contemporâneos respaldados pelo imaterial. O que se nos mostrou decisivo foi principalmente a atuação, o agenciamento da memória social, isto é, o modo como o exercício de sua elaboração transforma a experiência patrimonial do ator social e contribui para reconstruir a relação que ele mantém com seu patrimônio. Um tal redescobramento contínuo da memória ao longo do processo patrimonial evidencia o modo com que ela se vale do registro do efêmero. Mostra também, em contrapartida, o quanto a ideia do efêmero caracteriza singularmente a epistemologia indígena dos dispositivos patrimoniais contemporâneos.

Com efeito, como ficou implicitamente demonstrado ao longo deste relato, a memória produzida no decurso do processo patrimonial se apresenta marcada pela aparente instabilidade dos saberes que lhe são associados. Se o exercício memorial organiza a transferência de princípios e valores que enquadram a produção de saberes e garantem certa continuidade de transmissão, parece que a instabilidade no interior desses quadros é, por sua vez, intencionalmente buscada. Neste sentido, a ideia do efêmero pode ser lida aqui como um princípio ativo de orientação desses dispositivos: tudo se passa como se se estivesse pesquisando a produção de conteúdos que são

levados a não existir por mais do que um instante, para de novo serem postos em questão, reconsiderados, repensados, remanipulados e finalmente recriados. O que aqui estará em jogo será antes o *princípio da recriação*, e não aquilo que é recriado; está em jogo garantir que o grupo social exerça sua faculdade de fazer evoluir suas práticas de maneira dinâmica e contínua, sua faculdade de saber recriá-las. Aqui, os dispositivos contemporâneos visariam ao efêmero, à produção de saberes momentâneos unicamente na medida em que possam melhor significar a necessidade de sua recriação. Visar ao efêmero seria assim visar a recolocar em jogo o sentido e favorecer a vitalidade das práticas patrimonializadas. Em outras palavras, ao assegurar essa retransformação das práticas, o efêmero constituiria um poderoso horizonte de expectativa, uma força motriz, suscetível de dinamizar o processo documental de patrimonialização.

Isso nos leva à ideia de uma “transmissão inventiva” (Ciarcia, 2010, p. 158)<sup>59</sup>. A ideia a nosso ver encarna o movimento de recriação inerente ao tipo de transmissão em que o receptor passa em seguida, por sua vez, a ser um novo transmissor. É a ideia de uma herança recebida e aceita, mas que não é retransmitida sem que tenha sido digerida, retrabalhada: quem a recebe retém os quadros transmitidos, mas reprocessa os elementos que eles contêm, e os reconstrói para si mesmo. A recriação ocorre tendo como base o que é recebido, mas um espaço livre é deixado para a invenção, permitindo, propor um novo dado e um novo pensar, que implicam uma apropriação bem mais profunda, na medida em que o próprio sujeito os produz.

Além disso, nossa análise do inventário guarani mostra que os saberes transmitidos são logo retransmitidos, ou supõe-se que venham a sê-lo: tão-logo os recebem, os jovens pesquisadores guaranis já começam a antecipar sua retransmissão. São, portanto, saberes circulantes, que por isso mesmo redobram a ideia de transmissão inventiva, pois aquele que recebe já se torna aquele que transmite, e novamente retransforma. A vocação desses saberes parece assim ser a de circular segundo um princípio de perpétuo deslocamento dos saberes.

O que perdura é o gesto documental, e mais notadamente o gesto da transmissão de saberes aí implicado, não a coisa documentada e transmitida; ou seja, um procedimento de ordem metodológica, aberto à metamorfose daquilo de que é

<sup>59</sup>Ciarcia propõe a ideia de uma transmissão inventiva a propósito da obra de J. Derrida, como comentada num texto de Beverly Butler (2007).

portador. É o gesto documental que parece com mais justeza caracterizar o regime de patrimonialização observado. Um gesto que traz consigo um convite à recriação, a cada vez renovada, de um saber em suspenso, que depende de sua reposição em circulação e seu redesdobramento imediato, um saber só existe de maneira fugidia.

O efêmero no processo patrimonial é isto também, afinal: o que ativa uma retransmissão infinita ao acionar o princípio metodológico que dá vida ao trabalho da memória e orquestra a redistribuição incessante dos saberes. Como se ele fosse buscado exatamente por manter em suspenso os saberes destinados à recriação. A ideia do efêmero, assim, caracteriza singularmente a fabricação da memória social, tal como a analisamos nos processos de patrimonialização, na medida em que o processo memorial se faz um apelo promissor e fecundo à reposição dos saberes em jogo. Desse ponto de vista, o conceito nos permite interpretar o trabalho de memória, tal como realizado no processo documental de inventário em parceria, como uma metodologia singular, geradora de uma memória em suspenso, motriz de uma transmissão criativa, ou mesmo recriadora de saberes no seio do grupo social parceiro.

## REFERÊNCIAS

- BORTOLOTTO, C. Le trouble du patrimoine culturel immatériel. In: BORTOLOTTO, C. (ed.). **Le patrimoine culturel immatériel: enjeux d'une nouvelle catégorie**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme, 2011.
- CIARCIA, G. De qui l'immatériel est-il le patrimoine. **Civilisations. Revue internationale d'anthropologie et de sciences humaines**, n. 59-1, p. 177-184, 2010.
- DAVALLON, J. Mémoire et patrimoine: pour une approche des régimes de patrimonialisation. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (org.) **Mémoire et nouveaux patrimoines**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- DEREZE, G. **Méthodes empiriques de recherche en communication**. Bruxelles: De Boeck, 2011.
- GALLOIS, D. T. (ed.). **Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas**: exemplos no Amapá e norte do Pará. Macapá: Iepé, 2006.
- HEINICH, N. Comptes Rendus de 'Chiara Bortolotto (ed.) Le Patrimoine culturel immatériel. Enjeux d'une nouvelle catégorie'. **Gradhiva. Revue d'anthropologie et d'histoire des arts**, p. 227 229, n.15, 2012.
- JEANNERET, Y. **Penser la trivialité**: la vie triviale des êtres culturels. Paris: Hermès Lavoisier, 2008.

KAUFMANN, J.C. **L'entretien compréhensif**. Paris: Nathan, 1996.

NAMER, G. **Mémoire et société**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987 (Collection Sociétés).

MACCHIARELLA, I. Sauvegarder l'oralité? Le cas du canto a tenore. *In:* BORTOLOTTO, C. (ed.). **Le patrimoine culturel immatériel**: enjeux d'une nouvelle catégorie, 2011. p. 167-186.

NORA, P. **Les Lieux de mémoire, tome I**. Paris: Gallimard, 1984 (Bibliothèque illustrée des histoires).

PIANEZZA, N. **La patrimonialisation selon l'immatériel ou la mémoire agissante**: circulations des savoirs en contexte partenarial de production audiovisuelle. 2017. (Doutorado em Ciências da Informação e Comunicação/em cotutela com Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Avignon/Rio de Janeiro, 2017.

RAUTENBERG, M. **La rupture patrimoniale**. Grenoble: À la croisée, 2003.

TARDY, C.; DODEBEI, V. (org.) **Mémoire et nouveaux patrimoines**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

## SOBRE A AUTORA

**Nolwenn Pianezza** - Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação (Avignon Université, França) e em Memória Social (UNIRIO, Brasil). Attachée d'enseignement et de recherche (ATER) na Avignon Université, junto ao Centre Norbert Elias (UMR 8562), França.

## SOBRE O TRADUTOR

**Amir Geiger** - Graduado em Ciências Sociais pela UFF, mestre e doutor em Antropologia pela UFRJ/Museu Nacional. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UNIRIO.